



ATO TRT 17.<sup>a</sup> SGP/PRESI n.º 48/2016

Altera o [Ato TRT-17.<sup>a</sup> SGP/PRESI n.º 29, de 4 de julho de 2016](#), que dispõe sobre a concessão, parcelamento, fruição, acumulação, pagamento e indenização de férias a servidores, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 17.<sup>a</sup> Região.

**O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.<sup>a</sup> REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o previsto na [Instrução Normativa CSJT n.º 2, de 14 de setembro de 2016](#), que estabelece orientações aos Tribunais Regionais do Trabalho sobre os critérios para a base de cálculo adequada para determinar a proporcionalização do adicional de férias quando houver alteração da remuneração no mês de férias,

**RESOLVE:**

Art. 1.º O [artigo 34 do Ato TRT 17.<sup>a</sup> SGP/PRESI n.º 29, de 4 de julho de 2016](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. Em caso de reajuste, revisão ou qualquer acréscimo na remuneração do servidor ocorrido entre a data do pagamento da remuneração de férias e o período de gozo da totalidade destas ou da primeira parcela, o valor do adicional de férias será calculado de forma proporcional aos dias de vigência de cada composição remuneratória, devendo o acerto financeiro ser efetuado na folha de pagamento mais próxima.

§ 1.º O adicional de férias de que trata o **caput** deste artigo terá como base de cálculo a remuneração do servidor vigente no lapso de 30 (trinta) dias contados do início das férias.

§ 2º Em caso de parcelamento das férias, estas se consideram iniciadas no primeiro dia do primeiro período, não sendo devida a complementação pecuniária decorrente de eventuais acréscimos remuneratórios vigentes quando do gozo da segunda ou terceira parcelas.

§ 3º O lapso de 30 (trinta) dias de que trata o § 1.º deste artigo é contado de maneira ininterrupta, ainda que se prolongue para momento em que o servidor



não mais esteja na fruição das férias em razão de parcelamento ou interrupção." (NR)

Art. 2.º O [Ato TRT 17.ª SGP/PRESI n.º 29, de 2016](#), será republicado na redação consolidada, após a publicação deste Ato.

Art. 3.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) - Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região.

**JOSÉ CARLOS RIZK**  
Desembargador Presidente